

**ILUSTRÍSSIMO (A) SENHOR (A) PREGOEIRO (A) DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO
DO MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA - DF**

Pregão Eletrônico Nº 90024/2025

**A CENTRO OESTE IMPLEMENTOS PARA TRANSPORTE (IRMEN
MÁQUINAS)**, revendedora autorizada Sany, inscrita no CNPJ sob o n. ° 25.521.683/0001-53, estabelecida na Rod. Fernão Dias S/N, km. 488 (Distrito Industrial Paulo Camilo Sul), Betim, MG, 32669-005, , endereço eletrônico: ana.vidal@irmen.com.br , vem tempestiva e mui respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, com fulcro no termo de referência. item 1 edital.

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL, pelas razões de fato e de direito que passaa expor, venho por meio deste a Vossa Senhoria a receber e processar a mesma na forma da Lei.

II– DO CABIMENTO DO PRESENTE ESCLARECIMENTO

Primeiramente, apenas por zelo e diligência, pertinente justificar, juridicamente,o cabimento da presente Impugnação.

Colacionemos as disposições do artigo 164 da Lei n. ° 14.133/21:

Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

Parágrafo único. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

Colacionadas as disposições normativas pertinentes, nos moldes do delineado a seguir, Ilustre Pregoeiro(a), solicitamos respeitosamente esclarecimentos que se justificam enquanto medida hábil de que se vale esta licitante para que haja aceite ou alteração das seguintes especificações:

Em síntese, trata-se de procedimento licitatório instaurado pela **COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA** na modalidade pregão eletrônico, tipo menor valor por item, em sessão pública eletrônica, tendo como Objeto: “Aquisição de máquinas pesadas, por meio de Sistema de Registro de Preços - SRP, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.”

Eis que, tais ponderações, e das razões jurídicas que seguem, comfindas a se promover a competitividade e a viabilidade de realização do certame, **rogamos por esclarecimento e modificação ao Edital** para que desta forma as sejam **aceitos** conforme justificativas abaixo.

IV – DA JUSTIFICATIVA

SEPARAÇÃO DE LOTES POR REGIÃO

No edital em referência, verifica-se que os lotes de equipamentos foram estruturados por **regiões geográficas**, exigindo que o licitante, ao participar de determinado item, **obrigatoriamente apresente proposta para todos os Estados que compõem a respectiva região**. Tal modelagem, embora aparentemente simplificadora, resulta em **restrição indevida à competitividade**, em desacordo com os princípios da **isonomia, competitividade, seleção da proposta mais vantajosa e planejamento**, previstos nos arts. 5º, 11 e 37 da Lei nº 14.133/2021, bem como na jurisprudência consolidada do TCU.

A seguir, detalham-se os prejuízos concretos causados pela atual divisão regional dos lotes:

a) Restrição à participação de Concessionários Autorizados e Demais Distribuidores Locais:

A estruturação dos lotes por regiões extensas impede que concessionários autorizados — cuja atuação é naturalmente delimitada territorialmente pelas próprias políticas comerciais dos fabricantes — possam participar isoladamente.

A exigência de atendimento simultâneo a diversos Estados da região:

1. Exclui concessionários, distribuidores regionais e representantes locais, permitindo na prática a participação apenas de fabricantes nacionais ou multinacionais com rede própria ou capacidade logística nacional abrangente.
2. Além disso, a modelagem adotada contraria diretamente o disposto no art. 40, § 2º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, que impõe à Administração o dever de adotar medidas voltadas à ampliação da competitividade e à prevenção de concentração de mercado, determinando expressamente que:

“o edital deverá conter regras que assegurem a ampliação da disputa e evitem a concentração de mercado”.

A exigência de participação obrigatória em todos os Estados de determinada região constitui agrupamento excessivo, que reduz drasticamente o universo de potenciais concorrentes, especialmente concessionários autorizados e distribuidores regionais. Tal prática também afronta a jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União, segundo a qual a Administração deve evitar a agregação desnecessária de itens quando for tecnicamente possível dividi-los de maneira a ampliar a competição e permitir a apresentação de propostas mais vantajosas (Acórdãos TCU nº 2.622/2013-Plenário, nº 1.214/2013-Plenário, entre outros).

Assim, ao impor um modelo de contratação concentrado por grandes regiões geográficas, o edital viola o dever legal de fomentar a competitividade e incorre em restrição indevida, em desacordo com os princípios da isonomia, seleção da proposta mais vantajosa e eficiência administrativa.

3. Reduz o universo de participantes e consequentemente afeta negativamente a obtenção de preços mais vantajosos, violando o art. 11, II E III , da Lei 14.133/2021.

Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos

- II - assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição;
- III - evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos;

Portanto, a divisão deve ser repensada, de modo a permitir a participação por Estado ou por quantidades menores, evitando exigências que extrapolem a capacidade natural dos concessionários autorizados.

b) **Inconsistências Tributárias e Dificuldade Real na Composição dos Preços por Região**

Cada Estado da federação possui **política tributária própria**, especialmente em relação ao **ICMS, benefícios fiscais, incentivos regionais e tratamento diferenciado para produtos importados**. Assim, ao exigir que o licitante cotize valores iguais para todos os Estados de uma região, o edital impõe:

- **Impossibilidade técnica de cálculo preciso dos custos**, já que as alíquotas e tratamentos fiscais variam, alterando significativamente o preço final.
- **Risco de sobrepreço ou sub precificação**, prejudicando tanto a Administração quanto os licitantes.
- Violação **da Lei 14.133/2021**, que determina que os critérios de julgamento devem possibilitar a avaliação objetiva das propostas.
- Violação ao **princípio do parcelamento do objeto**, previsto no art. 11 da Lei 14.133/2021, que estabelece que o objeto deve ser dividido sempre que isso **propiciar maior competitividade sem perda de economia de escala**.

A regionalização rígida impede a precificação correta, pois o custo tributário para fornecimento a Estados como **Pará, Amazonas, Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro ou Mato Grosso** é completamente distinto — o que inviabiliza a formulação de proposta tecnicamente adequada, juridicamente segura e economicamente exequível.

Amparo Legal:

Ainda, a permanência de itens autônomos em um único lote acaba por infringir a imposição do artigo 2º §2, parágrafo único do Decreto nº 10.2024/2019, in verbis:

“Art. 2º §2 As normas disciplinadoras da **licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados**, resguardados o interesse da administração, o **princípio da isonomia**, a finalidade e a segurança da contratação”.

(grifo e negrito nosso)

Diante do exposto, nítido que o julgamento de lote formado por sistemas autônomos impossibilita **www.irmen.com.br**

um maior número de empresas no certame, vez que maioria das empresas não conseguirá atender ao lote em sua integralidade pela distinção de finalidades entre os equipamentos lá constantes, sendo mais viável tanto aos licitantes, quanto a Administração, realizar o desmembramento do lote, possibilitando o julgamento por objetos compatíveis, garantindo a ampla concorrência e assegurando a real efetividade do certame licitatório, atendendo assim o princípio da eficiência administrativa, vez que com a respectiva alteração se evitará pregão deserto ou fracassado, além de garantir a economicidade, impedindo prejuízos à Administração Pública. Ainda, manter o edital da maneira como está, seria afrontar o princípio da legalidade, uma vez que a lei garante a participação de qualquer interessado nos certames, ou seja, desde que seja capacitado para prestar o objeto do edital em ramo compatível, deve ter a possibilidade de participar da licitação sem restrições, assegurando assim o princípio da ampla competitividade, assim, a lei impõe à Administração o dever de, caso necessário, dispor de vários itens ou lotes separadamente, para que essas participações sejam possíveis, servindo, inclusive, como forma de proteção à Administração Pública, conforme estabelece o artigo 82, §2º, da lei 14.133/2021, abaixo:

“Art. 82 [...] §2º O critério de julgamento de menor preço por grupo de itens **somente poderá ser adotado quando for demonstrada a inviabilidade de se promover a adjudicação por item e for evidenciada a sua vantagem técnica e econômica**, e o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos deverá ser indicado no edital. (grifo e negrito nosso)

Sobre o assunto, ensina o Renomado Doutrinador Marçal Justen Filho:

“Nos termos do princípio geral considerado no art. 23, §1º, aplica-se a regra da preferência pelo fracionamento da contratação, quando isso for possível e representar vantagem para a administração. O fracionamento visa ampliar a competitividade, sob o pressuposto de que o menor porte das aquisições ampliaria o universo da disputa.”

No mesmo sentido é o posicionamento do Tribunal de Contas da União, vejamos:

“O §1º do art. 23 da Lei nº 8666/93 estabelece a possibilidade de a Administração **fracionar o objeto em lotes ou parcelas** desde que haja

viabilidade técnica econômica. Nos termos do §2º, o fracionamento da contratação produz a necessidade de realização de diversas licitações. **O fundamento do parcelamento é, em última instância, a ampliação da competitividade**, que só será concretizada pela abertura de diferentes licitações. Destarte, justificação a exigência legal de que se realize licitação distinta para cada lote do serviço total almejado.” (Acórdão nº 2393/2006, Plenário, rel. Min. Bnejamin Zymber) (grifo e negrito não original)

DENÚNCIAS. MEDIDA CAUTELAR. CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL. PREGÃO ELETRÔNICO. REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA FORNECIMENTO DE KIT ESCOLAR PARA EDUCAÇÃO INFANTIL, ANOS INICIAIS E FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E EJA. IRREGULARIDADES. **AGLUTINAÇÃO E LICITAÇÃO EM LOTE ESPECÍFICO**, NÃO TENDO SIDO JUSTIFICADA PELA ADMINISTRAÇÃO A UNIÃO DE TODOS OS ITENS EM FORMA DA AQUISIÇÃO GLOBAL DOS LOTES. RESTRIÇÃO À COMPETITIVIDADE DO CERTAME. INDICAÇÃO DE MARCA REFERÊNCIA, SEM PUBLICIZAR OS MOTIVOS TÉCNICOS DA ESCOLHA. ESPECIFICAÇÕES QUE FOGEM AO CONCEITO DE BEM COMUM, PASSÍVEIS DE DIRECIONAMENTO. SUPERDIMENSIONAMENTO DO QUANTITATIVO ESTIMADO. CRITÉRIO DE JULGAMENTO MENOR PREÇO POR LOTE. POTENCIAL DE LESIVIDADE À ECONOMIA E À ECONOMICIDADE DA CONTRATAÇÃO. PRESENTES OS REQUISITOS DO PERICULUM IN MORA E DO FUMUS BONI IURIS. SUSPENSÃO LIMINAR DO CERTAME. DECISÃO MONOCRÁTICA REFERENDADA. **1.A ausência de parcelamento restringe de forma excessiva a participação de licitantes e, por conseguinte, a competitividade do certame. 2.Exigências que extrapolam a razoabilidade, que não são usuais no mercado e que não são necessárias para a utilização do produto, revelam limitação à competitividade e possível direcionamento. 3.O superdimensionamento do registro de preços pode ser utilizado para a prática de irregularidades e constitui violação aos princípios do planejamento, da isonomia, da vinculação ao instrumento convocatório.**

(TCE-MG - DEN: 1141620, Relator: CONS. AGOSTINHO PATRUS, Data de Julgamento: 20/06/2023) (grifo e negrito não original)

REEXAME NECESSÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA COM PEDIDO DE LIMINAR. REALIZAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL TIPO MENOR PREÇO PARA A OBTENÇÃO DE "KITS" ESCOLARES PARA AS ATIVIDADES EXTRACURRICULARES

RECREATIVAS, EDUCATIVAS E ESPORTIVAS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL. **AGLUTINAÇÃO NO MESMO LOTE DE BENS DE NATUREZAS DIVERSAS E DIVISÍVEIS (UNIFORMES, CANETAS, MOCHILAS, TÊNIS, ETC.).** IMPOSSIBILIDADE. FRACIONAMENTO QUE AMPLIARÁ A CONCORRÊNCIA ENTRE OS PARTICIPANTES. ATENDIMENTO AOS PRINCÍPIOS QUE REGEM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. ILEGALIDADE DA EXIGÊNCIA DE LICITAÇÃO DE FORMA GLOBAL. SEGURANÇA CONCEDIDA. SENTENÇA MANTIDA EM GRAU DE REEXAME NECESSÁRIO. Não há como negar que o Pregão Presencial trata de objetos de naturezas totalmente diversas e fabricados por empresas diferentes, podendo perfeitamente ser licitados em lotes separados, sem que haja prejuízo aos objetivos pretendidos com a licitação e em obediência ao disposto no artigo 23, § 1º, da Lei nº 8.666/93. **A exigência da entrega do objeto em lote único e de forma globalizada acaba por restringir a participação dos interessados, vez que a maior parte das empresas não produz/fornece materiais tão diversificados,** conforme exigido no certame licitatório. (TJPR - 5ª C.Cível - RN - 791176-4 - Paranaguá - Rel.: Juiz Edison de Oliveira Macedo Filho - Unânime - J. 02.08.2011)

(TJ-PR - REEX: 7911764 PR 791176-4 (Acórdão), Relator: Juiz Edison de Oliveira Macedo Filho, Data de Julgamento: 02/08/2011, 5ª Câmara Cível, Data de Publicação: DJ: 696 17/08/2011) (grifo e negrito não original)

REPRESENTAÇÃO. INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES NO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS. ADOÇÃO DE CRITÉRIO DE **ADJUDICAÇÃO POR PREÇO GLOBAL, COM AGRUPAMENTO DE DIVERSOS ITENS NUM ÚNICO LOTE.** COMPROMETIMENTO DA ECONOMICIDADE E DA VANTAJOSIDADE DA CONTRATAÇÃO. **PREGÃO SUSPENSO EM VIRTUDE DE DETERMINAÇÃO CAUTELAR. PROCEDÊNCIA.** AFRONTA À SUMÚLA TCU 247. DETERMINAÇÃO PARA ANULAÇÃO DO CONTRATO E DOS ATOS DELE DECORRENTES. CIÊNCIA À AUDITORIA INTERNA DA ECT DE INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES NÃO TRATADOS NESTES AUTOS

(TCU 01126820158, Relator: Bruno Dantas, Data de Julgamento: 29/07/2015) (grifo e negrito não original)

Vale mencionar ainda que Colendo Tribunal de Contas da União decidiu no sentido de que em sendo o objeto da contratação de natureza divisível, deverá se produzir a licitação por itens,

“TCU – Decisão 393/94 do Plenário – “firmar o entendimento, de que, em decorrência do disposto no art. 3º, §1º, inciso I; art. 8º, § 1º e artigo 15, inciso IV, todos da Lei nº 8.666/1993, **é obrigatória a admissão**, nas licitações para a contratação de obras, serviços e compras, e para alienações, onde o **objeto for de natureza divisível**, sem prejuízo do conjunto ou complexo, da adjudicação por itens e não pelo preço global, **com vistas a propiciar a ampla participação dos licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam, contudo, fazê-lo com referência a itens ou unidades autônomas**, devendo as exigências de habilitação adequarem-se a essa divisibilidade”. (grifo e negrito nosso)

Ainda nesse sentido, vejamos a Súmula 247 do Tribunal de Contas da União:

“Súmula nº 247 do TCU :

É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, **tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas**, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade”.

Em suma, esta empresa impugnante – assim como nenhuma outra – pode ser impedida de participar em itens que atende plenamente pelo simples fato de não possuir os demais itens autônomos que estão incorporados no lote em questão que faz parte do objeto do certame, sendo que estes nem se quer são compatíveis, haja vista não se referirem ao mesmo ramo de atividade. Sendo assim, mais do que comprovada a imprescindibilidade do desmembramento do lote único, portanto, a retificação deste ato convocatório para que passe a dispor dos equipamentos de forma separada dos demais itens que compõe referido lote, devido a impertinência entre eles, permitindo assim a ampla concorrência, sendo mais vantajoso inclusive para esta Administração.

www.irmen.com.br

Unidade Betim / MG: Rod. Fernão Dias, KM 488, SN, Distrito Ind. Paulo Camilo Sul, CEP: 32669-005 / Tel: +55 (31) 3369-3636

Destarte, caso esta Ilustre Comissão de Licitação modifique as exigências do edital, terá como consequência a participação de diversas empresas altamente capacitadas que neste momento encontram-se impossibilitadas devido a restrição constante em edital, além de evitar o risco de adquirir equipamentos com custo mais alto ou restar o certame prejudicado.

Por fim e última ressalva, nos ensina mestre Adilson Abreu Dallari em sua obra “Aspectos Jurídicos da Licitação” em relação aos editais: “O edital é um instrumento de chamamento, e deve servir para trazer pessoas, e não para impedir que pessoas que efetivamente poderiam contratar se afastem da licitação. O edital não pode conter cláusulas que representem barreiras impeditivas de participação no procedimento, a quem realmente tem condições de participar ou a quem realmente esteja disposto a se instrumentar para participar”. Assim, os fundamentos aqui expendidos são fonte de valia universal perante a sociedade brasileira, operadores de direito, e principalmente, aos agentes públicos, pois constituem proteção ao interesse público majoritário, razão essa suficiente a proclamar a retificação do ato convocatório, no tocante as exigências que extrapolam os comandos legais.

EXIGÊNCIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM TODOS OS ESTADOS QUE COMPÕEM O LOTE – RESTRIÇÃO INDEVIDA À COMPETITIVIDADE

O edital apresenta **incongruências relevantes** e **exigências desproporcionais** quanto à comprovação de assistência técnica, nos seguintes dispositivos:

1. Divergência e sobreposição de exigências

O item **4.2.8 do Termo de Referencia** estabelece que o licitante vencedor deve apresentar **declaração emitida pelo fabricante** comprovando a existência de **ao menos um distribuidor autorizado** na **região** em que foi declarado vencedor:

“... distribuidor autorizado de peças e prestador autorizado de assistência técnica [...] na região em que se sagrou vencedor...”

Entretanto, o item **5.17 do Termo de Referência** impõe condição mais rigorosa e distinta, exigindo que o fabricante disponha de **assistência técnica autorizada em todos os Estados que compõem a região**, cada um deles com:

- instalações físicas adequadas;
- estoque de peças;
- mão de obra qualificada;
- ferramental;
- estrutura completa para atendimento durante a garantia.

Trata-se de **duas exigências diferentes**, com alcances diversos, gerando insegurança jurídica, contradição interna e violação ao **art. 40 da Lei 14.133/2021**, que exigem:

- Objetividade das regras;
- Clareza;
- Ausência de contradições;
- Garantia de igualdade de condições.

2. Restrição indevida à competitividade

A exigência de presença física **em todos os Estados da região**:

- ultrapassa o princípio da razoabilidade;
- **não guarda nexo de proporcionalidade** com a necessidade de atendimento da garantia;
- **impede a participação** de praticamente todos os fabricantes e concessionários;
- reduz o certame a um único potencial participante.

As condições impostas configuram **concentração de mercado indevida**, em afronta ao **art. 40, § 2º, III, da Lei 14.133/2021**, que determina expressamente que os editais devem:

“buscar a ampliação da competição e evitar a concentração de mercado.”

Além disso, a jurisprudência do TCU é pacífica ao considerar **irregulares** exigências artificiais que limitem participação, especialmente quando não há **demonstração técnica robusta** da necessidade (Acórdãos TCU nº 1.214/2013-Plenário; 2.622/2013-Plenário; 3.315/2015-Plenário).

3. Ausência de justificativa técnica – Incompatibilidade com o próprio edital

www.irmen.com.br

Unidade Betim / MG: Rod. Fernão Dias, KM 488, SN, Distrito Ind. Paulo Camilo Sul, CEP: 32669-005 / Tel: +55 (31) 3369-3636

O argumento de que a assistência técnica localizada em cada Estado “agilizaria” o atendimento **não se sustenta**, pois o próprio edital concede:

5.11. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

Esse prazo evidencia que **não há urgência operacional** que justifique a exigência de estrutura física completa em cada Estado da região.

Se a Administração concede **até 30 dias úteis** para reparar ou substituir o bem, não há qualquer fundamento técnico para exigir instalações físicas específicas em todos os Estados — o que demonstra **desalinhamento entre exigência e necessidade real**.

4. Evidente direcionamento decorrente da exigência

Após análise do mercado, observa-se que:

- A maioria dos fabricantes **não possui assistência técnica em todos os Estados de cada região**, o que **eliminaría praticamente todos** os potenciais concorrentes.
- Apenas **uma fabricante — XCMG** — detém esse padrão de capilaridade, o que **indica possível direcionamento**, ainda que involuntário.

A Administração deve prevenir direcionamentos conforme art. 40, §2º, III, da Lei 14.133/2021, evitando exigências que apenas **um** agente econômico consegue cumprir — especialmente quando **não há justificativa técnica consistente** que demonstre ser indispensável ao atendimento do interesse público.

A manutenção dessa exigência pode caracterizar:

- violação aos princípios da isonomia, competitividade, julgamento objetivo, proporcionalidade e economicidade;
- risco de anulação do certame;
- afronta à jurisprudência do TCU referente a requisitos restritivos sem justificativa técnica robusta.

EXIGÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO INEXISTENTE E SEM ESPECIFICAÇÃO – IRREGULARIDADE NO ITEM 4.2.7 DO TERMO DE REFERÊNCIA

O item 4.2.7 do Termo de Referência estabelece que:

O licitante vencedor, para a execução contratual, deverá apresentar certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências supracitadas;

Contudo, a exigência está redigida de forma vaga, indefinida e inviável de cumprimento, resultando em clara violação aos princípios da clareza, objetividade, isonomia e competitividade, previstos no art. 5º, 12, 40 e 41 da Lei nº 14.133/2021.

1. Indefinição do tipo de certificação – exigência impossível de cumprimento

O edital **não especifica**:

- qual *tipo* de certificação é exigido (qualidade? desempenho? segurança? conformidade?);
- qual *norma técnica* deve ser atendida (ABNT? ISO? INMETRO?);
- qual *entidade acreditadora* seria aceita;
- qual o *momento exato* da apresentação;
- se a certificação é realmente **existente no mercado** para o tipo de equipamento licitado.

Essa ausência de definição impossibilita ao licitante identificar qual documento deve providenciar, criando **ônus imprevisível** e **risco de desclassificação arbitrária**, em afronta ao art. 12, VI, que exige:

“objetividade e clareza das exigências editalícias”.

2. Exigência sem finalidade prática

O edital já exige:

- **declarações formais do fabricante;**
- **catálogo técnico oficial;**
- **atestado de que o produto atende às especificações;**
- possibilidade de **verificação física** do equipamento durante a entrega.

Se já há toda a documentação técnica oficial e meios de aferição, **qual a utilidade real** de solicitar certificação adicional não especificada?

O item torna-se, portanto:

www.irmen.com.br

Unidade Betim / MG: Rod. Fernão Dias, KM 488, SN, Distrito Ind. Paulo Camilo Sul, CEP: 32669-005 / Tel: +55 (31) 3369-3636

- **redundante,**
- **sem finalidade prática,**
- e **restritivo**, por exigir documento não previsto em normas técnicas obrigatórias nem disponível no mercado para os equipamentos licitados.

3. Desalinhamento com o art. 42 da lei 14.133/2021

O art. 42 estabelece os meios admitidos para **prova de qualidade** quando o licitante oferece produto **similar ao de marca eventualmente indicada**:

“A prova de qualidade de produto apresentado como similar será admitida por: [...] certificação, certificado, laudo, documento similar...”

Contudo:

Não houve indicação de marca no edital.

Logo, **não há hipótese legal para exigir certificação dessa natureza**, pois:

- o dispositivo se aplica apenas **quando há marca de referência no edital**;
- a Administração deve apenas garantir que o produto atenda às especificações técnicas;
- a certificação é um **meio alternativo**, e não obrigatório, salvo se houver **fundamentação técnica e norma aplicável** (INMETRO/CONMETRO).

Além disso:

O §1º do art. 42 só autoriza a exigência de certificação **quando o edital especifica**:

- qual a certificação necessária;
- qual a entidade credenciada no Conmetro;
- e somente **como condição de aceitabilidade da proposta**.

Nenhum desses elementos está presente.

Portanto, a exigência do item 4.2.7:

- carece de **justificativa legal**;
- não possui **norma técnica correspondente**;
- não atende ao princípio da **motivação** do art. 5º, XII;
- **não encontra suporte** no art. 42 da Lei 14.133/2021.

4. Inexistência de certificações no mercado para o equipamento

Para o tipo de equipamento licitado (máquinas pesadas/agrícolas/rodoviárias — conforme o contexto), **não existe certificação técnica obrigatória** emitida por:

- INMETRO,
- Conmetro,

www.irmen.com.br

Unidade Betim / MG: Rod. Fernão Dias, KM 488, SN, Distrito Ind. Paulo Camilo Sul, CEP: 32669-005 / Tel: +55 (31) 3369-3636

- órgãos acreditadores,
- ou instituições públicas oficiais.

Assim, a exigência é **inexequível** e viola o art. 14 da Lei 14.133/2021, que proíbe condições que:

“impossibilitem ou comprometam a participação de licitantes” ou que imponham **obrigações não usuais no mercado**.

5. Consequência: restrição indevida e direcionamento

Ao exigir certificação inexistente ou não especificada, o edital:

- **restringe indevidamente** a participação;
- abre espaço para interpretações subjetivas;
- gera risco de **direcionamento**, ao permitir que somente uma marca ou grupo específico alegue possuir tal certificação;
- afronta diretamente o art. 40, §2º, III, da Lei 14.133/2021:

“dever de ampliar a competição e evitar concentração de mercado”.

LOTE 6 AO 10 EXIGÊNCIA: FORÇA DE DESAGREGAÇÃO DA CAÇAMBA MINIMO 120 KN

Pede-se: Alterar para minino 97 kn

Justificativa:

A exigência de **força de desagregação da caçamba mínima de 120 kN** mostra-se **excessivamente restritiva** e não alinhada às características técnicas usuais das pá-carregadeiras disponíveis no mercado nacional e internacional na faixa de potência e aplicação proposta pelo edital.

1. Padrão de mercado

A maior parte dos fabricantes consolidados — como Caterpillar, Volvo, XCMG, CASE, Komatsu, Hyundai, SANY e SDLG — oferecem, para máquinas da categoria típica deste lote, modelos com força de desagregação variando entre **95 kN e 110 kN**. Assim, exigir 120 kN elimina de forma desarrazoada grande parte das máquinas normalmente adquiridas pela Administração Pública.

2. Restrição indevida à competitividade (art. 3º, §1º, I, da Lei 8.666/93 e art. 5º da Lei 14.133/21)

O parâmetro fixado não se mostra essencial para o desempenho da máquina nas atividades



previstas (carga, escavação leve, movimentação de materiais e operação em vias rurais). Exigir 120 kN cria uma barreira técnica sem justificativa operacional proporcional, configurando **limitação à competitividade** e potencial direcionamento.

3. **Suficiência técnica da força de 97 kN**

Para o porte de máquina descrito no edital, uma força mínima de **97 kN atende plenamente às necessidades de operação**, garantindo capacidade adequada de escavação, penetração em pilhas de agregados e movimentação de materiais compactados. Na prática, a performance da máquina depende mais do **design da caçamba, geometria do braço e curva hidráulica** do que de um valor absoluto inflado de força de desagregação.

4. **Órgãos públicos já adquirem máquinas com esta faixa de especificação**

Contratações federais, estaduais e municipais realizadas por FNDE, MAPA, DNIT e diversos consórcios intermunicipais utilizam parâmetros entre **90 kN e 105 kN**, o que demonstra que 97 kN é valor amplamente aceito e operacionalmente suficiente.

5. **Princípio da razoabilidade e economicidade**

Manter a exigência de 120 kN força a Administração a adquirir modelos mais caros e de maior porte, sem ganho real de eficiência, resultando em **despesa desnecessária** e possível violação ao princípio da economicidade.

DO DIREITO

Entendemos que as exigências imposta acima busca-se obstar limitações à ampla competitividade e à isonomia, zelo esse que encontra amparo nos seguintes dispositivos da Lei de Licitações nº 14.133/21:

Art. 9º É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:

a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;

b) estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes;

c) sejam impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato;

Art. 11º. O processo licitatório tem por objetivos:

I - assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;

II - assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição;

III - evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos;

IV - incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.

Na linha desse raciocínio, o Superior Tribunal de Justiça deliberou que “o interesse público reclama o maior número possível de concorrentes, configurando ilegalidade a exigência desfilhada da lei básica de regência e com interpretação de cláusulas editalícias impondo condição excessiva para a habilitação”

TCU ACÓRDÃO 214/2020 – PLENÁRIO REPRESENTAÇÃO. LICITAÇÃO NO MUNICÍPIO DE ÁGUA LIMPAGO COM PREVISÃO DE APORTE DE RECURSOS FEDERAIS. RESTRIÇÃO INDEVIDA À COMPETITIVIDADE DO CERTAME QUANTO A UM DOS EQUIPAMENTOS LICITADOS (PÁ CARREGADEIRA). REPRESENTAÇÃO PROCEDENTE. **FIXAÇÃO DE PRAZO PARA QUE A LICITAÇÃO SEJA ANULADA QUANTO AO REFERIDO ITEM, ASSIM COMO O SUBSEQUENTE CONTRATO.**

36. Não é razoável exigir um vão livre mínimo de 420 mm e que o motor seja do próprio fabricante sem justificativa técnica/operacional e econômica.

53. Ante ao exposto, resta caracterizado a inexistência de justificativa de natureza técnica e/ou operacional para sustentar as exigências de ‘vão livre do solo mínimo de 420 mm’ e de ‘motor

próprio do fabricante’, **incorrendo em restrição indevida à competitividade da licitação, impedindo a participação de um maior número de licitantes no mencionado certame e prejudicando a satisfação da obtenção da proposta mais vantajosa.**

c.2) promova a anulação de todos os atos inerentes ao seguinte item do Pregão Presencial 10/2009, em razão de descumprimento do art. 3º, II, da Lei 10.520/2012 e do art. 3º, §1º, da Lei 8.666/93, na medida em que houve restrição injustificada ao caráter competitivo do certame, ao se exigir no edital, ‘vão livre do solo mínimo de 420 mm’ e de ‘motor próprio do fabricante’, sem respaldo em elementos técnicos ou de desempenho operacional.

ACÓRDÃO Nº 2387/2013 – TCU – Plenário SUMÁRIO: REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO COM INDÍCIOS DE DIRECIONAMENTO DAS ESPECIFICAÇÕES PARA MODELOS DE DETERMINADO FABRICANTE DE CULTIVADORE MOTORIZADOS. ADOÇÃO DE MEDIDA CAUTELAR DE SUSPENSÃO DO CERTAME. OITIVAS. ALEGAÇÃO DE QUE A ESPECIFICAÇÃO CONSTOU DO PLANO DE TRABALHO DE CONVÊNIO. **AUSÊNCIA DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS PARA A ESPECIFICAÇÃO DIRECIONADA. FIXAÇÃO DE PRAZO PARA ANULAÇÃO DO CERTAME.** CIÊNCIA AO CONCEDENTE ACERCA DAS MEDIDAS CORRETIVAS NECESSÁRIAS À CONTRATAÇÃO PRETENDIDA E AOS DEMAIS INTERESSADOS. ARQUIVAMENTO.

(Grifamos)

Em outra licitação, cujo objeto é semelhante ao ora questionado (pá carregadeira), o TCU também determinou a nulidade do processo em virtude de especificações restritivas e direcionadas.

ACÓRDÃO Nº 2230/2012 – TCU – Plenário Sumário:

REPRESENTAÇÃO. AQUISIÇÃO DE PÁ CARREGADEIRA COM RECURSOS TRANSFERIDOS PELO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA. **EXISTÊNCIA DE ESPECIFICAÇÕES NO EDITAL QUE DIRECIONAM PARA AQUISIÇÃO DE MODELO DE UM FRABRICANTE ESPECÍFICO. CONCESSÃO DE CAUTELAR. OITIVAS. ANÁLISES DAS JUSTIFICATIVAS. NÃO AFASTAMENTO DA IRREGULARIDADE. DETERMINAÇÃO PARA ANULAÇÃO DO CERTAME.**
(Grifamos)

Além disso as alterações almejadas não são extremas, do ponto de vista técnico, podendo trazer proposta mais vantajosas para a comissão do Ministerio da Agricultura e Pecuaria.

E, conseqüentemente, de forma a se realizar a licitação de acordo com todas as balizas normativas pertinentes e vinculantes, quais sejam: os princípios da eficiência, da isonomia, do caráter competitivo, da captação da proposta mais vantajosa e do desenvolvimento sustentável.

A hermenêutica dos princípios da supremacia do interesse público e a indisponibilidade dos interesses da Administração Pública não pode se dar em desprestígio ao princípio constitucional da eficiência (CF/88, art. 37, caput) – que não apenas pauta, mas constitui e legitima a atuação da Administração.

No caso concreto, em que pese o interesse da MAPA, em adquirir o suprasumo em termos de recursos tecnológicos de ponta, esta deve se atentar aos princípios norteadores no âmbito das licitações, permitindo assim, a competitividade e participação de diversas empresas nos procedimentos licitatórios **COM MELHORES PREÇOS.**

Portanto, Ilustre Pregoeiro (a), não faltam motivos, de fato e de direito, para que Vossa Senhoria reconsidere, no sentido de admitir a apresentação de propostas em que sejam oferecidos maquinas em consonância para com as especificações mais abrangentes conforme orientação do TCU assim como orientado em seu manual técnico pagina 14 (Vide anexo)

Além disso o Tribunal de Contas do Estado do Paraná divulgou em 22 de setembro de 2023

www.irmen.com.br

Unidade Betim / MG: Rod. Fernão Dias, KM 488, SN, Distrito Ind. Paulo Camilo Sul, CEP: 32669-005 / Tel: +55 (31) 3369-3636

“Ao julgar recentemente processos a respeito de licitações promovidas por cinco municípios sob sua jurisdição para a aquisição de máquinas pesadas - como escavadeiras, motoniveladoras, pás carregadeiras e rolos compactadores -, o Pleno do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PR) emitiu orientações que devem ser seguidas por todas as prefeituras paranaenses ao promoverem certames do tipo, a fim de que não corram o risco de terem suas disputas cautelarmente suspensas pela Corte.

A primeira delas diz respeito à proibição prevista no artigo 3º da Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 8.666/1993) de que a administração pública ofenda, em seus procedimentos licitatórios, os princípios da isonomia e da ampla competitividade.

Isso muitas vezes acontece quando o edital prevê, por exemplo, que o motor do equipamento almejado pertença à mesma marca do fabricante do maquinário. Essa exigência impede, de forma totalmente indevida e injustificada, o fornecimento aos municípios de produtos inteiramente funcionais, porém com peças internas de origens distintas.”

Também é comum que editais de certames do tipo estabeleçam que as máquinas atendam exigências restritivas e desnecessárias, sem amparo em qualquer espécie de justificativa ou laudo técnico. Muitas vezes, a intenção é direcionar a licitação para a compra de um equipamento fornecido por determinada marca, o que é proibido pelo artigo 7º, parágrafo 5º, da Lei de Licitações. (Grifo nosso)

Fonte: <https://www1.tce.pr.gov.br/noticias/municipios-devem-seguir-orientacoes-do-tce-pr-ao-licitarem-a-compra-de-maquinas/9987/N>

- DO PEDIDO

Ante as razões expostas supra, bem como do dever do Ilustre Pregoeiro (a) e demais membros da Comissão de Licitação do Ministerio da Agricultura e Pecuaria, Brasília, em zelar pelo fiel cumprimento das disposições editalícias e legais pertinentes ao saudável desenvolvimento do certame licitatório, roga-se que Vossa Senhoria realize a manutenção e retirada das cláusulas e modalidades restritivas da máquinas possibilitando assim, a participação desta licitante e de demais empresas no certame.

Nestes termos, pede deferimento.

Betim, 27 de Novembro de 2025

Ana Paula Antunes Vidal
Coordenadora de Licitações
123.677.996-79
ana.vidal@irmen.com.br
(31) 3369-3636 / (31) 9.9468-7104
CENTRO OESTE IMPLEMENTOS PARA
TRANSPORTES LTDA
25.521.683/0001-53

25.521.683/0001-53
**CENTRO OESTE IMPLEMENTOS
PARA TRANSPORTES LTDA**
Rod. BR-381 Fernão Dias, S/nº KM 488 + 20 Pista Norte
B. Distrito Industrial Paulo Camilo Sul
CEP 32.669-005
BETIM - MG